

**CONTRIBUTOS PARA A HISTÓRIA DA MEDICINA EM PORTUGAL:  
LUÍS DE PINA E AS REPRESENTAÇÕES DE HIGIENE SOCIAL**

**CONTRIBUTIONS TO THE HISTORY OF MEDICINE IN PORTUGAL:  
LUÍS DE PINA AND REPRESENTATIONS OF SOCIAL HYGIENE**

**Paulo M. Barroso**

Escola Superior de Educação de Viseu

**RESUMO:** Na História da Medicina em Portugal durante a primeira metade do século XX, as práticas médicas de higiene social resultaram do estudo da personalidade. Estabeleceram-se tendências constitucionais dos delinquentes com base na ciência que, por diferentes métodos, serviu para explicar a génese do crime. No entanto, o recurso à ciência traz um problema: o estudo da personalidade criminal não é tão simples e constante nem inspira tão confiantes certezas nos resultados. Apesar deste carácter incerto, deposita-se alguma credibilidade nas psicoscopias (espécie de auscultação do campo psíquico) e psicometrias (medição dos fenómenos psíquicos) dos delinquentes, com o objectivo de estabelecer prognósticos de conduta. Independentemente do emprego dos mais categorizados e idóneos testes ou provas na identificação e classificação social dos delinquentes, essas possibilidades são, por vezes, modestas e limitadas, porque ocorrem deficiências e insucessos de prognóstico / diagnóstico. O caso paradigmático de estudo é o médico Luís de Pina (1901-1972), que chamou a atenção para o facto de, na Medicina, Antropologia Social e Criminal, Psicologia, Direito, Biologia Criminal ou Criminologia, os delinquentes serem objecto de preocupações periciais e científicas, enquanto a ciência servia interesses higienistas na organização social.

**PALAVRAS-CHAVE:** eugenia criminal, higiene social, Luís de Pina, personalidade criminal, saúde social.

**ABSTRACT:** In the History of Medicine in Portugal during the first half of the 20th century, medical practices of social hygiene resulted from the study of personality. Constitutional trends have been established for criminals based on science that, by different methods, explained the genesis of crime. However, the use of science poses a problem: the study of criminal personality is not so simple and constant, nor does it inspire such confident certainties in the results. Despite this uncertain character, some credibility is deposited in the psychoscopies (a kind of auscultation of the psychic field) and psychometrics (measurement of psychic phenomena) of criminals, with the aim of establishing prognoses of conduct. Regardless of the use of the most categorized and suitable tests or proofs in the identification and social classification of criminals, these possibilities are sometimes modest and limited, because deficiencies and prognostic / diagnostic failures occur. The paradigmatic case-study is the physician Luís de Pina (1901-1972), who drew attention to the fact that, in Medicine, Social and Criminal Anthropology, Psychology, Law, Criminal Biology or Criminology, criminals are the subject of expert concerns and scientific, while science serve hygienist interests in social organization.

**KEYWORDS:** criminal eugenia, criminal personality, Luís de Pina, social health, social hygiene.

## 1. Introdução

“Em primeiro lugar, dentre esses animais, apesar de serem de boa raça, não há alguns que são ou se prova serem melhores?”

Platão, *A República*.

Justifica-se o interesse em abordar as representações de higiene social na obra de Luís de Pina (1901-1972) considerando: a) a engenhosa e profícua interdisciplinaridade entre a Medicina, a Antropologia, a Psicologia, a Criminologia, a Biologia e o Direito no trabalho de Luís de Pina sobre eugenia criminal, i.e. sobre a identificação e classificação social de delinquentes; b) a escassez de trabalhos científicos similares ao de Luís de Pina sobre esta temática da Antropologia Criminal, no contributo para a História da Medicina; e c) o facto de Luís de Pina ter dedicado a sua vida ao ensino e à investigação científica, tornando-a aplicável

à organização política e social e à designada “higiene social”.<sup>1</sup>

O objectivo deste artigo é demonstrar a importância da prática e do hábito sociocultural da higiene social na História das Ideias em Portugal. Pela leitura dos inúmeros artigos científicos publicados por Luís de Pina, constata-se a interdisciplinaridade mencionada em a). Na sua obra, Luís de Pina sublinhou a importância da Antropologia na Medicina, bem como a correspondente importância da Medicina na investigação criminal e na aplicação da lei sobre os criminosos (e.g. as questões da imputabilidade e da liberdade condicional). Essa interdisciplinaridade já tinha sido amplamente reconhecida em alguns países pela sua introdução no quadro das cadeiras ou cursos médicos das respectivas faculdades. Segundo Luís de Pina, este ramo específico do estudo do ser humano adquiriu gradual importância, consoante se alargam os campos de aplicação da Medicina aos vários sectores da investigação biológica, como na higiene político-social, na propedêutica clínica (Endocrinopatologia) ou na Psiquiatria. Por exemplo, a Biotipologia (estudo dos biótipos humanos) já fazia parte da *domus medica* e “com seus direitos bem justificados” (cf. Pina, 1942).

A interdisciplinaridade contribuiu para a divulgação científica e para a melhoria dos mecanismos e dispositivos da organização social em Portugal. Este dado é, *per se*, importante para os factores b) e c) mencionados acima.

Partindo do pressuposto de que o estudo da personalidade permite estabelecer as tendências constitucionais dos delinquentes (ou, pelo menos, fornecer indícios mais ou menos seguros) será útil o papel desempenhado pelas diversas ciências que explicam a génese do crime.<sup>2</sup> No entanto, o estudo da personalidade criminal não é tão simples e constante nem inspira tão confiantes certezas nos resultados. Apesar deste carácter incerto, deposita-se alguma credibilidade nas psicoscopias e psicometrias dos delinquentes, tendo o objectivo de estabelecer

---

<sup>1</sup> Sobre a validade, originalidade e enquadramento da obra de Luís de Pina, vide AA.VV. (1979). *Elogio do Prof. Doutor Luís de Pina*. Lisboa: Academia Portuguesa de História; AA.VV. (1998). *Professor Doutor Luís de Pina – Sessão de Homenagem na aula Magna da Faculdade de Medicina do Porto*. Porto: Museu de História da Medicina “Maximiano Lemos” da Faculdade de Medicina do Porto e Fundação Eng. António de Almeida; CARDOSO, Mário (1972). “Necrologia. Prof. Doutor Luís de Pina”. *Revista de Guimarães*. (82) Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, pp. 109-114.

<sup>2</sup> Das publicações de Luís de Pina, vide, por exemplo: “Delinquência, Alienação Mental e Morfologia Craniana”. *Arquivo da Repartição de Antropologia Criminal, Psicologia Experimental e Identificação Civil do Porto*. Vol. I, fasc. 3; “Distribuição do índice cefálico nos criminosos portugueses, segundo as curvas binominais estandarizadas de Frassetto”. *Arquivo da Repartição de Antropologia Criminal, Psicologia Experimental e Identificação Civil do Porto*. Vol. I, fasc. 2; “Tipos constitucionais e criminalidade”. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Vol. VI, fasc. 4; “Estatística criminal”. *Arquivo de Antropologia Criminal, Psicologia Experimental e Identificação Civil do Porto*. Vol. III, fasc. 1-3; “O psicograma em Antropologia Criminal”. *O Instituto*. (93); “Psicopatologia criminal. Uxorício”. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia*. Vol. IX; e “Elementos para a psicologia criminal. O conceito de justiça nos delinquentes”. *Congresso do Mundo Português*. Vol. XVII, tomo II.

prognósticos de conduta. Independentemente do emprego dos mais categorizados e idóneos testes ou provas na identificação e classificação social dos delinquentes, essas possibilidades são, por vezes, modestas e limitadas, porque ocorrem deficiências, insucessos de prognóstico e diagnóstico.

Luís de Pina chamou a atenção para o facto de, na Medicina, Antropologia Social e Criminal, Psicologia, Direito, Biologia Criminal ou Criminologia, os delinquentes serem objecto de preocupações periciais e científicas. O estudo analítico da obra de Luís de Pina visa: i) Abordar as formas de representação social de higiene social (e de eugenia criminal) a partir do segundo quartel do século XX em Portugal; ii) Compreender as influências de uma época e de uma história, que se apresentam sempre divididas na dicotomia entre a tradição da modernidade e a modernidade da tradição; iii) Demonstrar a importância da interdisciplinaridade no desenvolvimento dos estudos e investigações das ciências sociais e humanas (e.g. da Antropologia na Medicina e também a correspondente importância da Medicina na investigação criminal e na aplicação da lei sobre os criminosos, nomeadamente as questões da imputabilidade e da liberdade condicional); iv) Relevar o ensino e a investigação científica aplicável à organização política e social e à designada “higiene social”.

A metodologia seguida prende-se com uma vertente eminentemente teórica: a recolha selectiva e significativa de textos do autor e posterior leitura, análise, compreensão e interpretação. Os resultados do estudo traduzem-se obviamente na contribuição para a divulgação científica e compreensão dos mecanismos e dispositivos da organização social em Portugal.

Não sendo objectivo deste artigo proceder a uma sempre parcial homenagem a um autor nem uma mera divulgação da sua obra, existem aspetos biobibliográficos relevantes para a compreensão histórica desta temática. Luís de Pina licenciou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, em 1927, e ainda como estudante exerceu funções de assistente de Anatomia dos docentes Pires de Lima e Hernâni Monteiro. Depois de formado, exerceu a clínica durante dois anos, tendo logo depois enveredado pela actividade de professor, historiógrafo e político. Em 1930, doutorou-se na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. Entre 1930 e 1937, foi bolseiro do Instituto de Alta Cultura no estrangeiro (França, Polónia, Itália) e em Portugal. Em 1933, foi nomeado por unanimidade, após concurso de provas públicas, professor auxiliar da Faculdade de Medicina do Porto (grupo de Medicina Legal, História da Medicina e Deontologia Profissional), sendo então encarregado pelo Conselho Escolar da regência da Cadeira de História da Medicina. Ainda em 1933, tendo sucedido a Maximiano Lemos na cátedra de História da Medicina da Faculdade de Medicina do Porto, fundou o Museu

de História da Medicina “Maximiano Lemos”, instalado na referida faculdade. Em 1936, foi reconduzido definitivamente no cargo de professor auxiliar da Faculdade de Medicina. Um ano depois, foi nomeado chefe de secção do Instituto de Criminologia do Porto e, poucos meses mais tarde, foi nomeado director do referido instituto. Iniciando-se de seguida na carreira académica, chegou a catedrático de História da Medicina e Deontologia Profissional em 1944. Como professor e investigador científico, os seus interesses académicos incidiram sobre a Anatomia e a Antropologia Física, a Medicina Legal, a Psicologia e a Psiquiatria, a História da Medicina e a Deontologia Profissional.

Nutrido pelo interesse nestas áreas, não só publicou centenas de trabalhos de reflexão e investigação como também desempenhou uma actividade influente na sociedade, tendo fundado ou participado em diversas instituições de interesse e serviço públicos. Entre essas instituições de indiscutível valor médico e científico (e também de utilidade social e política) em que participou, contam-se os seguintes registos: entre 1935 e 1937, Vogal da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto; entre 1938 e 1946, Deputado à Assembleia Nacional; entre 1942 e 1944, Vice-Presidente do Conselho Regional da Ordem dos Médicos; entre 1945 e 1949, Presidente da Câmara Municipal do Porto; entre 1953 e 1955, Provedor da Santa Casa da Misericórdia; entre 1961 e 1966, Luís de Pina foi o primeiro director da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Autor multifacetado e polígrafo, escreveu muito e sobre variados assuntos: História da Medicina, História Local, Literatura, Política, Criminologia, Antropologia, Psicologia ou Filosofia. Uma breve consulta à sua extensa bibliografia permite constatar o seu trabalho incansável e abrangente, que não se resume a uma vasta bibliografia médica. A sua obra é multidisciplinar, o que também justifica a engenhosa e profícua interdisciplinaridade, conforme se referiu acima no factor a) para a concepção deste artigo.

## **2. O tomismo na História da Medicina**

“Tomismo” é o nome que se atribui ao sistema de pensamento de São Tomás de Aquino. Este termo corresponde a uma doutrina teológica e filosófica com várias influências (e.g. a Patrística) sendo o pensamento grego aristotélico a mais significativa. O tomismo concebe o ser humano como uma entidade composta de alma e corpo. Estas são duas essências incompletas em si mesmas. Unidas, completam-se harmoniosamente. Enquanto sistema de pensamento, o tomismo caracteriza-se por uma marcada presença da Metafísica nas várias áreas

de conhecimento em que deriva, como a Teologia, a Filosofia, a Gnosiologia ou a Psicologia. Por conseguinte, a referência ao tomismo na História da Medicina deve-se à influência do aludido sistema de pensamento nos estudos, investigações e práticas da Medicina ao longo dos anos e, em particular, na primeira metade do século XX em Portugal.

Na História da Medicina, os saberes e as práticas médicas não seguiram apenas critérios científicos; seguiram também valores sociais, padrões culturais e princípios morais. Por exemplo, o positivismo fundado por Auguste Comte, que exerceu uma influência marcante na ciência, em geral, e na Medicina, em particular (Sell, 2009, 29).

De acordo com Luís de Pina, a História da Medicina devia muito aos fisiólogos pré-socráticos, numa altura em que a magia era a expressão natural das ciências médicas. E só depois da época homérica é que a Medicina tomou a forma filosófica. Esta ideia, originalmente defendida por Gaston Baissette (1949) é corroborada por Luís de Pina, para quem a História da Medicina até Hipócrates, ao tratar da evolução dos conhecimentos sobre o Homem, “se desdobra nesse período em lições curiosas que versam muitas figuras de filósofos não médicos, e outras de médicos que, sem dúvida alguma, foram notáveis filósofos” (Pina, 1951, p. 6). Não se pode distinguir médicos e filósofos e não se pode separar a Medicina da Filosofia. Neste sentido se explica “o aparecimento dos primeiros filósofos naturalistas, oriundos dessas escolas jónica, pitagórica e eleata, nascidas desses três homens admiráveis da antiguidade que se chamaram Tales de Mileto, Pitágoras de Samos e Xenófanes de Colofónia, dos séculos VII a V antes de Cristo” (Pina, 1951, p. 7).

O período compreendido entre os anos 600 e 300 a. C., i.e. entre Tales e Aristóteles, é entendido como o mais fecundo para a ciência, porque é o período de insígnis filósofos, botânicos, zoólogos, médicos, naturalistas. É o período, como mencionou Luís de Pina, de “Anaximandro e Anaxímenes de Mileto, Alcmeón de Crotona, Filolau de Taranto, Empédocles de Agrigento, Heraclito de Éfeso, Parménides de Eleia, Leucipo e Demócrito de Abdera, Anaxágoras de Clazómena, Platão ou Aristocles de Atenas, Teofrasto de Lesbo, Estráton de Lâmpsaco, Ménon e tantos outros, antes e depois de Aristóteles” (Pina, 1951, p. 8). Aristóteles foi muito influente na edificação do tomismo e foi também, segundo Luís de Pina, o mais importante de todos os filósofos, pois “haveria de governar a ciência naturalista e a Filosofia durante muitos e muitos séculos e cujas lições não podemos postergar totalmente em nossos dias!” (Pina, 1951, p. 8).

Luís de Pina revelou-se fiel e reconhecido à herança histórica recebida destes filósofos que fundaram as ciências, tendo considerado que as actuais Fisiologia, Patologia Geral e Psicologia tiveram, como antecessora, a filosofia naturalista desses “observadores geniais”. Por

isso, ensina em História da Medicina as concepções desse tempo e desses homens relativas ao ar, à anatomia dos animais, aos elementos, aos humores, às qualidades, à constituição física humana ou ao calor.

Profundamente reconhecido à obra naturalista e filosófica de Aristóteles, às doutrinas médicas de Hipócrates e aos contributos científicos de Galeno, Luís de Pina admitiu que, em Portugal, essas influências duraram solidamente até à Reforma Pombalina de 1772. O que esses autores clássicos ensinaram não desapareceu dos textos e das lições dos autores contemporâneos. Toda a ciência biológica nos seus fundamentos escorre, segundo Luís de Pina, da Antiguidade ao presente através de Hipócrates, Galeno e Aristóteles. É principalmente graças a estes autores que se desenvolveu e se estudou o problema do valor da observação e da experiência na procura da verdade e o problema da existência da alma e das suas relações com o corpo. Este é um problema central quer no pensamento aristotélico quer no pensamento tomista.

Na História da Medicina contam-se estudos e investigações científicas para a procura da identificação dos factores psíquicos e das práticas sociais desviantes (i.e. criminais). Essa procura foi registada pela História da Medicina em vários contributos, como os de Luís de Pina, para a compreensão da representação da higiene social e da reprodução social por via de estereótipos ou biótipos humanos. A identificação dos factores psíquicos e das práticas sociais desviantes representa uma herança histórica tomista.

Efectivamente, São Tomás de Aquino dedicou uma cuidada atenção a estes autores clássicos, reafirmando e expandindo as noções éticas e históricas do Animismo e da Verdade. Como se referiu, a presença da Metafísica na História da Medicina justifica-se pela aceitação desta doutrina animista da acção da alma em íntima e indispensável união com o corpo, segundo a qual o princípio supremo da vida é a alma, que representa a unidade de todo o organismo.

Os sucessos da ciência e da Filosofia reflectem os sucessos médicos. Desde o valor filosófico dos médicos gregos antigos e dos árabes (e.g. Avicena, Averrois, Maimónides, Abulcassis, Serapião ou Razes), São Tomás de Aquino surge como “um dos maiores comentadores desses velhos médicos árabo-judaicos” (Pina, 1951, p. 11), pelo que se torna interessante esboçar a importância e a repercussão do tomismo em Portugal. Segundo Luís de Pina, o rei D. Duarte foi um importante psicólogo e representante do higienismo social, físico e mental, pois este monarca revelou-se, pela sua obra “O Leal Conselheiro”, ser um admirador e sequaz de São Tomás de Aquino” (Pina, 1951, p. 17).

É manifesta, segundo Luís de Pina, a influência da Metafísica de São Tomás de Aquino também em André de Resende. Nomeadamente a tese sobre a união hipostática do corpo e da

alma. Para São Tomás de Aquino, como também para Aristóteles, a alma é a primeira actividade (enteléquia), o acto fundamental de um organismo físico capaz de vida. Desta teoria aristotélica e tomista nasceu o animismo, que a Medicina fez ressurgir, no século XVIII, por intermédio do médico alemão animista e neotomista Georg Ernst Stahl.

Em Portugal também se verificaram a adesão e a expansão das doutrinas de Stahl, cujo animismo teve o médico José Rodrigues de Abreu (1682-1752) um dos seus introdutores e expoentes. Para Luís de Pina, Rodrigues de Abreu teve o mérito de tentar implantar uma crença filosófica, científica, espiritualista e cristã em Portugal, quando no país já se sentia o entusiasmado pelo positivismo. Também teve o mérito de mandar imprimir os quatro grossos volumes da sua obra intitulada *Historiologia Médica Fundada e Estabelecida nos Princípios de Georg Ernst Stahl* (Pina, 1951, p. 32).

São Tomás de Aquino também influenciou os insignes médicos portugueses quinhentistas Amato Lusitano, Garcia de Orta e Francisco Sanches. Principalmente no que respeita ao culto da verdade científica. Formados pela escola aristotélica e galena, estes três médicos portugueses foram reconhecidos experimentalistas.

Todavia, Luís de Pina terá pretendido fazer alguma justiça a São Tomás de Aquino. Ao apregoar a validade e utilidade do tomismo na formação do pensamento médico-filosófico contemporâneo em Portugal, Luís de Pina terá continuado a tarefa esforçada e inglória do médico José Rodrigues de Abreu em benefício da tradição tomista. Principalmente no que é atinente à procura da verdade, apanágio de qualquer disciplina ou actividade científica.

### **3. Antropologia tomista e psicologia criminal**

São Tomás de Aquino teve a importância suficiente na História das Ideias para afirmar um sistema de pensamento modelar. A edificação desse sistema baseou-se na Antropologia Filosófica, visto que a principal preocupação foi a compreensão da natureza humana a partir da definição da natureza de Deus. O ser humano é, conforme já se referiu, uma entidade composta de alma e de corpo. A Antropologia tomista centra-se na natureza humana na forma de pessoa com personalidade.

Partindo da ideia de que o estudo da personalidade permite estabelecer e fixar as tendências constitucionais dos delinquentes, segundo os mais recentes processos da Psicologia, considera-se útil o papel desempenhado pelas ciências, porque permitem explicar a génese do crime. No entanto, o estudo da personalidade criminal não é tão simples nem inspira tão

confiantes certezas nos resultados. A infalibilidade é característica dos processos da Psicologia, porque o seu objecto de estudo também é de natureza subjectiva e inconstante.

Apesar do carácter incerto, deposita-se alguma confiança e credibilidade nas possibilidades psicoscópicas e psicométricas dos delinquentes com o objectivo de estabelecer prognósticos de conduta. Independentemente do emprego dos mais categorizados e idóneos testes ou provas, essas possibilidades são, por vezes, modestas e limitadas, porque ocorrem deficiências, insucessos de prognóstico e diagnóstico. De qualquer forma, Luís de Pina chamou a atenção para o facto de os delinquentes ou “as personalidades delinquentiais aprisionadas” (Pina, 1957, p. 4) serem objecto de preocupações periciais e científicas em Antropologia Criminal, Biologia Criminal ou Criminologia.

Mas é preciso também atender à multiplicidade das personalidades psíquicas anormais. Se são muitas as personalidades, também são muitas as classificações de perturbações psíquicas. Cabe aos institutos de criminologia, de acordo com Luís de Pina, o exame apurado da personalidade dos delinquentes, contrariando as limitações da ciência, designadamente da Psicologia, por um lado, e o carácter inconstante, incerto e vulnerável da psicologia humana. Situação que conflui para a multiformidade etiológica do crime, i.e. o desvio ou a falta enquanto resultado dos factores somático, psíquico, moral e social.

Citando Marcel Bloch, Luís de Pina considerou necessário definir o crime antes de qualquer observação sobre o mesmo e até mesmo antes que se pretender combater utilmente o crime. Então, o que é o crime? O conceito de “crime” é, essencialmente, um conceito jurídico? São várias as teorias e as abordagens científicas que procuram apresentar uma resposta satisfatória a esta questão. Entre as definições, há as que entendem o crime como um fenómeno bio sociológico ou as que o consideram um fenómeno natural (comparado a certas acções dos animais, a determinados movimentos das plantas, do mundo físico, etc.). Luís de Pina considerou mais adequada a tese que define um crime como um acto que tem como fim a obtenção de vantagens egoístas, económicas, morais ou de satisfação pessoal, normais ou não, mórbidas ou sãs, através de um certo procedimento estratégico ou violento, em detrimento das outras pessoas, causando-lhes danos reais (Pina, 1932, p. 111).

Por considerar determinantes as repercussões sociais destas acções criminosas, Luís de Pina justificou por que o criminoso começou a ser estudado cientificamente, advogando que, por conseguinte, novas orientações devem ser impostas à criminologia e à ciência penal. Para Luís de Pina, a simples e sistemática aplicação da lei (numa situação de castigo e repressão de um dado crime) está a perder adeptos. “O criminoso deve ser estudado profundamente em si, nas suas acções e no meio em que vive ou viveu. Provado como está, que grande parte dos

delinquentes são seres física ou psicologicamente anormais, deve existir, naturalmente, uma legislação especial a aplicar-se-lhes” (Pina, 1951, pp. 111-112).

É sintomático notar a preocupação de Luís de Pina em demarcar os criminosos, diagnosticados como anormais, face à aplicação de uma lei geral. No entanto, Luís de Pina admitiu que não é apenas a constituição biológica a responsável pela apetência dos delinquentes ao crime, uma vez que também a insuficiente e incorrecta educação, o meio ambiente social e familiar e outras influências contribuem para a criminalidade.

Neste quadro de actuação ilícita e de necessidade de aplicação da lei, o papel da Antropologia Criminal (no cruzamento da Psicofisiologia, da Biologia, da Psiquiatria ou da Pedagogia Correccional) é reconhecido como fundamental para a sociedade. Papel inserido no programa geral de medidas e de esforços de protecção da sociedade.

Neste programa geral de medidas, dois caminhos se cruzam: a eugenia criminal e a repressão social. Para Luís de Pina, “a luta contra o crime deve ser um complexo problema de pura eugénica – a tão necessária eugénica criminal! – constituída por bases de séria prevenção. A repressão é outra luta a organizar, muito diferente: além de castigo ao criminoso e satisfação à Sociedade vítima, ela tem de ser curativa ou correccional, regenerativa e reeducativa em particular” (Pina, 1951, p. 113).

Apesar de Luís de Pina admitir a importância e validade destes dois caminhos ou lutas a travar, também reconheceu que a tarefa eugénica é muito mais vasta, complexa e adequada. Se bem que entre o adagiário popular, fonte de alguma razoabilidade e senso comum, a nossa cultura tanto demonstra adesão e confiança na regeneração (por exemplo “De pequenino se torce o pepino”) como a nega (por exemplo “Quem torto nasce, tarde ou nunca se endireita”).

Luís de Pina expressou uma tendência renovada sobre a tradicional e rígida maneira de punição expressa no Código Penal de então. Em detrimento desta maneira, advogou que os materiais obtidos nos campos da Psicologia, da Sociologia e da Patologia são necessários à identificação biológica criminal (Pina, 1931c, p. 245). Além disso, conduzem à terapêutica que deve ser aplicada em cada caso de crime e de delinquência, conforme se demonstra de seguida.

### **3.1. Profilaxia do crime: a investigação biológica criminal**

O âmbito dos estudos desenvolvidos por Luís de Pina demonstra o papel utilitário que a Medicina possui ao serviço da Justiça. Ao dividir-se as suas observações e estudos entre prisões, morgues e hospitais, Luís de Pina especializou-se em criminalidade e na identificação de criminosos a partir de perfis.

Uma das valências do trabalho de investigação desenvolvido foi, precisamente, a identificação e caracterização dos criminosos portugueses. Luís de Pina realizou inúmeras observações de criminosos, nomeadamente na Cadeia Civil do Porto, onde também outros médicos e investigadores em Antropologia Criminal desenvolviam estudos de interesse e aplicabilidade profiláctica na sociedade portuguesa, como são os casos de Luís Viegas, Teixeira Bastos e Mendes Correia. As investigações incidiram, por exemplo, sobre as tatuagens dos criminosos, que forneciam elementos de identificação desde o início do século XX (Pina, 1931d, p. 147).

Para Luís de Pina, o crime era um dos grandes flagelos e um dos maiores pesadelos que dizimavam os seres humanos, tal como a tuberculose, sífilis e cancro. O crime era um dos maiores e mais delicados problemas de higiene, i.e. “um dos mais urgentes problemas de eugénica” (Pina, 1932, p. 110).

Em Portugal, os estudos de biotipologia sobre a frequência dos tipos de constituição racial da população e as análises sobre as classificações e tipos de personalidade não foram profundamente desenvolvidos (Pina, 1940b, p. 1). Todavia, os trabalhos realizados por Mendes Correia e, em particular, por Luís de Pina foram profícuos e inovadores. Graças a estes e a outros estudos, o conhecimento da biotipologia foi cada vez maior e mais relevante. Nos campos de intervenção da Medicina, esta importância reveste-se com um excepcional interesse e aplicação nas medidas a tomar quanto à higiene social, eugenismo e criminologia. Estas três áreas eram, especificamente na década de 1930, muito bem enquadradas no contexto político e social do regime autoritário de Portugal. Em pleno Estado Novo, os políticos tinham interesse em conhecer esses estudos de biotipologia, considerando que os mesmos teriam um inestimável valor na organização e implementação de políticas biológicas, psicofisiológicas ou bio sociológicas.

O conhecimento dos biótipos criminais era valioso para a orientação de medidas e tratamentos a aplicar aos delinquentes. Esta era uma das principais convicções dos antropólogos criminais. Luís de Pina, não sendo propriamente um deles, fez incidir o seu campo de especialização nesta área, cujos resultados são de regeneração e prevenção social.

Os contributos de Luís de Pina para o estudo dos tipos constitucionais portugueses, em particular dos delinquentes, são notórios pelos resultados apresentados nos diversos artigos publicados. No Laboratório de Antropologia Criminal do Porto, dirigido por Joaquim Pires de Lima, este era um trabalho específico realizado por Luís de Pina (cf. 1931c).

No artigo “A biotipologia na propedêutica criminal”, o autor apresentou um estudo de 400 indivíduos delinquentes, observados no Laboratório do Instituto de Criminologia do Porto,

com o intuito de servir como importante contributo da Biotipologia nas investigações em Criminologia. Neste estudo, o processo seguido considerava os valores de normalidade, deficiência e excedência em relação às médias obtidas em portugueses, o que permitia abranger-se, de forma rápida e segura, toda a compleição corpórea dos indivíduos (Pina, 1940b, p. 8). Luís de Pina concluiu que os delinquentes do Norte de Portugal apresentavam uma determinada percentagem dos principais tipos constitucionais. Existe um demarcado carácter classificativo nestas investigações médicas, o que também contribui para o campo de estudo próprio da investigação criminal, bem como para a afirmação do apoio social à aplicação da Justiça na punição dos criminosos.

### **3.2. Etiologia do crime e classificação dos criminosos**

São conhecidas diversas classificações propostas pelos criminologistas. Todavia, todas estas classificações revelam dificuldades insuperáveis. Uma dividem os delinquentes doentes mentais dos delinquentes não doentes mentais (delinquentes normais ocasionais; delinquentes anormais permanentes ou temporários); outras falam em delinquentes de origem social (acidentais; ocasionais), delinquentes com taras biológicas e influenciados pelo meio ambiente (habituais; degenerados criminosos) e delinquentes com taras biológicas profundas e mentalidade anormal (loucos morais; criminosos alienados); outras ainda se dividem em delinquentes ocasionais ou pseudo-delinquentes, delinquentes por atitude congénita ou predisposição constitucional (verdadeiros delinquentes) e delinquentes enfermos mentais (criminosos loucos ou loucos criminosos).

Independentemente das classificações, assegura-se que o crime é, de um modo geral, produto da acção de duas ordens de factores: a) factores próprios da natureza do indivíduo; b) factores alheios à natureza do indivíduo. Enquanto umas classificações atribuem o crime apenas aos primeiros factores, outras privilegiam os segundos factores. Perante esta discordância, Luís de Pina advogou a necessidade de se optar pelo ecletismo, pois as duas ordens de factores, de forma isolada ou combinada, geram o crime. “O estudo do delinquente, ainda que muito pese à velha escola morfológica criminal, tem de ser encarado debaixo dum aspecto eclético, isto é, conjugando factos do domínio da morfologia, da patologia e da psicologia, e, com eles, compor o tipo biológico delitual” (Pina, 1931c, p. 245).

Esta era a orientação que devia seguir o estudo e a investigação do crime e do criminoso; era também a orientação da inovadora Antropologia Criminal enquanto psicologia individual dos delinquentes. O próprio Luís de Pina reconheceu que cada vez mais se convencia que “o

estudo do criminoso não deve fazer-se tão morfológica ou metricamente como até há pouco se fazia” (Pina, 1931c, p. 245), justificando-se com a necessidade de se trabalhar numa “Nova Antropologia Criminal” (Pina, 1931c, p. 245). A recolha de dados e a apresentação de trabalhos em Antropologia Criminal (tal como acontece com os estudos relativos aos índices dos delinquentes) provava a falibilidade do estudo métrico dos criminosos.

Entre as várias doutrinas sobre a etiologia do crime, há as que fazem derivar o crime de uma forma de neurastenia ou debilidade do sistema nervoso; as que propõem um defeito de nutrição; as que defendem uma debilidade dos centros inibidores; as que classificam o crime como nevrose criminal; ou as que ligam o acto criminal a profundos desvios morfológicos. Mas não se deve omitir o papel de outras causas, como as condições sociais, climáticas, dietéticas, certas doenças inatas ou adquiridas, traumatismos, alienação ou epilepsia.

Pretendendo traçar o quadro geral da etiologia do crime, Luís de Pina reconheceu que, desde sempre, quem se dedica à ciência, designadamente filósofos e médicos, apresenta ideias curiosas para a explicação do acto criminal, considerando os criminosos de diversas maneiras. “Os precursores de Lombroso [...] deixaram escritas tais opiniões, como Anaximandro, Heraclito, Empédocles, Pitágoras, Sócrates, Aristóteles, Epicuro, Hipócrates, Galeno, e mais, até Dante, Bacon e outros; o estudo da fisionomia, aliado às atitudes morais dos indivíduos (temperamentos), foi muito vulgar na Idade Média e nos tempos modernos, como se pode verificar nas obras de Platão, Mielampo, Aristóteles e demais filósofos” (Pina, 1932, pp. 117-118).

Estes autores foram, de facto, os precursores de doutrinas que, no século XVII, proliferaram sob a designação de Fisionomia, seguida da Frenologia e, mais tarde, da Psiquiatria, culminando na Antropologia Criminal e na Biologia Criminal.

Apesar de se admitir a hipótese de haver tendências criminais em certas pessoas, todos sermos virtualmente delinquentes natos e uns são-no com mais intensidade do que outros. Este mesmo determinismo biológico ou inatismo criminal foi aludido, por exemplo, na moralidade da culpa por Fiódor Dostoievski. Se é permitido um paralelismo com a literatura clássica, em *Crime e Castigo*, Fiódor Dostoievski colocou o personagem principal Raskolnikov num momento de auto-reflexão sobre o crime que cometeu. Este personagem concluiu que Napoleão, sendo representante do heroísmo e espírito de conquista inexorável do ser humano, não teria feito as proezas que o tornaram famoso e teria cometido crimes se estivesse em condições favoráveis para o efeito (Dostoievski, 2001, V, iv).

Mas o estudo dos diversos factores que geram o crime é determinante e importante para apurar com cientificidade a natureza e as implicações sociais do delito. As bases da profilaxia

criminal assentam na relação das principais causas do crime, que podem ser resumidas nas seguintes: i) influência físico-química do ambiente; ii) condições económicas e sociais; iii) condições fisiológicas; iv) ambiente familiar; v) ambiente escolar; vi) ambiente profissional; vii) ambiente social e factores psicológicos e sociais.

Luís de Pina considerou que os primeiros anos de vida do ser humano correspondem à idade crítica para o delito. Destacou a importância da infância criminosa e associou-a ao papel determinante da educação como um dos principais freios da criminalidade, tal como acontece com a religião em muitos casos e em muitos meios.

De acordo com Luís de Pina, existem causas intrínsecas e extrínsecas da criminalidade infantil. As primeiras são próprias da constituição física do indivíduo; as segundas são próprias das condições económicas e sociais em que vivem os indivíduos. A criminalidade infantil é uma das mais importantes questões de moralização da humanidade.

Considerando que o número de crianças que sofriam de taras e doenças herdadas era elevado, Luís de Pina também teve em linha de conta a hereditariedade patológica (Pina, 1932, p. 129). Reconheceu que o grupo dos “esfarrapados, dos miseráveis e dos famintos” era o que mais contribuía para a “negridão” dos quadros estatísticos relativos à criminalidade. Segundo Luís de Pina, “essa mesma percentagem é uma prova da origem social do crime, uma prova das mais poderosas. Ao quadro da miséria, junta-se o da doença, geralmente maltratada ou descuidada: e nesse caso, mais forte será a influência do meio, como é natural” (Pina, 1931c, p. 130).

Para corroborar esta ideia, Luís de Pina mencionou Lombroso e Marro, que encontraram 77% de indivíduos delinquentes cujos progenitores eram alcoólicos, epiléticos, imorais, violentos, etc. Neste sentido, Luís de Pina considerou que era necessário melhorar as condições de vida das pessoas a fim de se evitar a miséria física, moral e social dos desprotegidos. Também era importante, segundo Luís de Pina, a reforma das escolas primárias e secundárias no que respeitava à educação moral dos alunos. Esta reforma afigurava-se de extrema necessidade, pois na base do bio psiquismo dos observados evitava-se “o contágio dos sãos” (Pina, 1931c, p. 133).

A melhor medida seria a prevenção, para que não fosse necessário remediar. Segundo Luís de Pina, “mais vale o Estado gastar muito dinheiro em prevenção do que em remédio; mais vale melhorar as famílias e escolas que criar reformatórios e cadeias” (Pina, 1931c, p. 135). Luís de Pina apresentou uma série de influências negativas que levavam à prática do crime na infância, na adolescência e na vida adulta, sendo nessa época um indicador seguro, por um lado, da fragilidade quer da psicologia humana quer da sociedade, por outro lado, da necessidade de

práticas de higiene social.

Torna-se curioso registrar que, entre todas as influências retratadas como causas do crime, algumas medidas preventivas passavam pelo combate tenaz da vadiagem, do ócio e das “assembleias dos que nada fazem pelos passeios, esquinas e cafés” (Pina, 1931c, p. 143). Esta era uma medida repressiva e autoritária justificada pela influência dos minuciosos relatos de crimes trazidos a público pela imprensa. Para Luís de Pina, era uma influência “perniciosa e bem provada” e urgia manietá-la, evitando-se esse “meio perigoso de verdadeiro contágio” em Portugal, a partir do segundo quartel do século XX.

O conceito de “anormal” também influenciou sobre a etiologia do crime e classificação dos criminosos. A aplicação deste conceito identifica-se com o antónimo “normal”, i.e. o que se comporta de modo “vulgar” ou “comum”, como acontece com a generalidade das pessoas em sociedade e em convergência com a norma geral. No campo criminal, seja na investigação ou no Direito, o estudo da personalidade está na base de informações biológicas sobre a conduta ou o comportamento, orientando-se consoante critérios de normalidade (caracterologia ou caracteroscopia) que funcionam como base geral ou comum a partir da qual os processos e métodos se aplicam em função de padrões de conduta e de comportamento (Pina, 1957, p. 69).

A elaboração dos chamados cânones portugueses antropológicos decorreu de classificações a partir do conceito de “anormal”. No Laboratório dos Serviços de Antropologia Criminal e Identificação Civil do Porto, as investigações antropológicas resultaram em estudos publicados avulsamente sobre as várias regiões portuguesas. A caracterização da população por regiões de Portugal (por exemplo Beira Alta, Beira Baixa, Estremadura, Alentejo, Algarve, Porto, Trás-os-Montes, Douro, Minho), teve por base determinados índices de mensuração: cefálico, auricular, nasal, esquelético, estatura-braça, cor dos olhos e cabelos, robustez (cf. Pina, 1931f e 1931g). Neste campo de estudos, o trabalho de Luís de Pina foi particularmente meritório, visto que estas análises estavam muito pouco desenvolvidas em Portugal, à excepção dos contributos de Mendes Correia e da sua obra *Os Criminosos Portugueses*, de 1914 (cf. Lopes, 1931).

#### **4. Conclusão**

No âmbito das reflexões de temas e problemas intemporais e de interesse para a História das Ideias em Portugal, no século XX, esta sucinta abordagem sobre os estudos antropomórficos de Luís de Pina relevam a contribuição da Medicina para as práticas de higiene social e eugenia

criminal. Os séculos XIX e XX correspondem, de facto, ao período da “descoberta” e da explicação do crime entendido como um mal presente, de modo incondicional e endêmico, na sociedade. Foram os séculos também marcados, de forma paradoxal, pelos avanços científicos e técnicos. Esses avanços e o próprio interesse social pelo crime encontraram na geração de médicos portugueses do primeiro quartel do século XX uma grande repercussão.

Luís de Pina enquadra-se neste âmbito. Não só pelos seus estudos e investigações em Antropologia Criminal, como também por ter aproveitado da melhor forma a referida herança do século XIX e acompanhado os avanços científicos e metodológicos colocados ao serviço da organização social.

Luís de Pina e a sua obra foram, de certo modo, produtos sociais, i.e. resultados quer de uma época quer de uma específica formação científica. É natural encontrar determinados ideais, pensamentos e representações de uma higiene social e eugenia criminal. Todavia, deve-se acautelar o uso dos termos “higiene social” e “eugenia criminal”, que levemente podem remeter para políticas eugénicas, com intervenções nas terapias genéticas, aproveitando os progressos da Medicina contra a selecção natural. As teses de Luís de Pina em defesa de uma sociedade mais equilibrada, são, sem crime ou com esta prática delinquente diagnosticada serão tão eugénicas quanto as práticas sociais dos rotineiros aconselhamentos genéticos, dos testes de amniocentese, dos diagnósticos pré-natais ou dos abortos terapêuticos.

As ideias sobre a perfeição natal ou a purificação rática já existem, de forma consistente e assumida, há cerca de 200 anos. Todavia, os avanços da ciência e as novas tecnológicas de investigação e de trabalho têm sido acompanhados por práticas genéticas diversas, umas consentidas, por permitirem a melhoria de vida das pessoas, outras receadas, por suscitarem ideologias eugénicas. Se na Europa, há cerca de 60 anos, alguns países praticaram as teses eugénicas em massa e de forma extrema, como questionar o papel fundamental da ciência na formação dessa ideologia político-social? Esta questão tem mais pertinência se pensarmos que, no início, as teorias sobre eugenia incentivavam as pessoas a melhorarem as condições de vida (eugenia positiva) e que, depois, passaram a servir para discriminar (eugenia negativa).

Identificam-se vestígios higienistas sobre a constituição pura da sociedade em *A República* de Platão (2017, 458c-460c), conforme a epígrafe no intróito deste artigo serve de mote à reflexão desta problemática. Todavia, o problema central da eugenia tem a ver com a discriminação e selecção científica baseada em consistentes ou inconsistentes teorias e resultando em práticas que colidem com princípio bioéticos. As representações de higiene social e eugenia criminal propostas por Luís de Pina em benefício de uma sociedade são (e não para conveniência de políticas discriminatórias) nada devem a este problema central da eugenia

como ideologia da violência social.

No caso da obra médica e científica de Luís de Pina, falar em eugenia criminal é pressupor a necessidade de se aplicar na sociedade medidas preventivas. Medidas forçosamente políticas de organização social, para evitar a delinquência que, na primeira metade do século XX, já grassava em Portugal. Medidas que visavam, sobretudo, o bem-estar social de todos e que, por isso, não podem estar desvinculadas de práticas positivas de higiene social.

## 1. Referências bibliográficas

- AA.VV. (1979). *Elogio do Prof. Doutor Luís de Pina*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- AA.VV. (1998). *Professor Doutor Luís de Pina – Sessão de Homenagem na aula Magna da Faculdade de Medicina do Porto*. Porto: Museu de História da Medicina “Maximiano Lemos” da Faculdade de Medicina do Porto e Fundação Eng. António de Almeida.
- BAISSETTE, Gaston (1949). “La Médecine Grecque jusqu’à la mort d’Hypocrate”. *Histoire Générale de la Médecine*, tome 1, pp. 129-279, *Histoire Générale de la Médecine, de la Pharmacie et de l’art Vétérinaire*, Paris: Albin Michel.
- CARDOSO, Mário (1972). “Necrologia. Prof. Doutor Luís de Pina”. *Revista de Guimarães*. (82), Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, pp. 109-114.
- DOSTOIEVSKI, Fiódor (2001). *Crime e Castigo*. Lisboa: Editorial Presença.
- LOPES, Carlos (1931) “O índice cefálico relacionado com a criminalidade (breve nota de antropologia criminal)”. *Arquivo da Repartição de Antropologia Criminal, Psicologia Experimental e Identificação Civil do Porto*. Fasc. I.
- PINA, Luís de (1931a). “Delinquência, Alienação Mental e Morfologia Craniana”. *Arquivo da Repartição de Antropologia Criminal, Psicologia Experimental e Identificação Civil do Porto*. Vol. I, fasc. 3.
- PINA, Luís de (1931b). “Distribuição do índice cefálico nos criminosos portugueses, segundo as curvas binomiais estandarizadas de Frassetto”. *Arquivo da Repartição de Antropologia Criminal, Psicologia Experimental e Identificação Civil do Porto*. Vol. I, fasc. 2.
- PINA, Luís de (1931c). “A investigação biológica criminal no Porto”. *Arquivo da Repartição de Antropologia Criminal, Psicologia Experimental e Identificação Civil do Porto*. Vol. I, fasc. 3, Porto, p. 245.

- PINA, Luís de (1931d). “Tatuagem”. *Arquivo da Repartição de Antropologia Criminal, Psicologia Experimental e Identificação Civil do Porto*. Vol. I, fasc. 2, p. 147.
- PINA, Luís de (1931e). “Índice nasal em delinquentes portugueses”. *Arquivo da Repartição de Antropologia Criminal, Psicologia Experimental e Identificação Civil do Porto*. Vol. 1, fasc. 3, p. 245.
- PINA, Luís de (1931f). “A orelha nos criminosos portugueses. Índice auricular”. *Arquivo da Repartição de Antropologia Criminal, Psicologia Experimental e Identificação Civil do Porto*. Vol. I, fasc. 3.
- PINA, Luís de (1931g). “Observações sobre a implantação do pavilhão da orelha nos criminosos”. *Arquivo da Repartição de Antropologia Criminal, Psicologia Experimental e Identificação Civil do Porto*. Fasc. 2.
- PINA, Luís de (1932). “Etiologia e profilaxia do crime”. *Arquivo da Repartição de Antropologia Criminal, Psicologia Experimental e Identificação Civil do Porto*. Vol. II, fasc. 3º, p. 110-113.
- PINA, Luís de (1934). “Tipos constitucionais e criminalidade”. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Vol. VI, fasc. 4.
- PINA, Luís de (1935). “Estatística criminal”. *Arquivo de Antropologia Criminal, Psicologia Experimental e Identificação Civil do Porto*. Vol. III, fasc. 1-3.
- PINA, Luís de (1938). “O psicograma em Antropologia Criminal”. *O Instituto*. (93).
- PINA, Luís de (1939). “Psicopatologia criminal. Uxoricídio”. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia*. Vol. IX.
- PINA, Luís de (1940a). “Elementos para a psicologia criminal. O conceito de justiça nos delinquentes”. *Congresso do Mundo Português*. Vol. XVII, tomo II.
- PINA, Luís de (1940b). “A biotipologia na propedêutica criminal: método de Viola-Barbàra”. *Actas do Congresso Nacional de Ciências da População*. Vol. II, p. 1.
- PINA, Luís de (1942). “Um novo método de representação gráfica em biotipologia”. *Portugal Médico*. (3).
- PINA, Luís de (1951). “O sentido tomista na História da Medicina”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Vol. XIV, fascs. 3-4, p. 6.
- PINA, Luís de (1957). “Reflexões sobre propedêutica somatopsíquica em Antropologia Criminal”. *Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*. (1) Lisboa: Ministério da Justiça.
- PLATÃO. (2017). *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SELL, Carlos E. (2009). *Sociologia Clássica – Marx, Durkheim e Weber*. Petrópolis: Editora Vozes.